

Ata da 236ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Parque Ibirapuera

Aos oito dias de fevereiro de dois mil e vinte e três, na Escola Municipal de Astrofísica localizada no Parque Ibirapuera/São Paulo, estando presentes: Tamires Oliveira (da SVMA e coordenadora do CGPI), Juliana Summa (SVMA), Caroline de Souza Moretti (representante da SP Regula), Débora Iacono, Gustavo Razuk, Karol Anness, Paulo Hartmann (conselheiros representantes da sociedade civil), Kelly Akemi Mimura (Secretaria Municipal da Cultura), Patrício Gomes, (Secretaria Municipal da Saúde), Maria Helena Godoy (Representante da Subprefeitura da Vila Mariana, Inspetores Jairo Chabaribery Filho e Claudinei Vicente Santos (representante da GCM), Gustavo Samuel Cunha (representante da URBIA), Sylvia Mielnik (representante do CADES Vila Mariana), Nelson Cury (representante da SOJAL), Antônio Carlos R. de Moura e Sonia de Moura (representantes do Conselho Gestor do CECCO), Daniel Neves (representante da ATC), Aldo N. Cruz e Flavio Elias C. Andrade e Horácio Garcez (frequentadores do Parque Ibirapuera), a coordenadora Tamires, conduziu a reunião com os seguintes temas pautados previamente:

- 5. Aprovação de ofício a ser encaminhado à Secretaria de Esportes e Lazer reiterando sua importância nas reuniões deste conselho e indagação sobre como pode agregar ao Parque Ibirapuera;**
- 6. Informação sobre a permanência ou não de um representante da SOJAL no Conselho gestor do Parque Ibirapuera;**
- 7. Convocação do Pavilhão Japonês para assumir cadeira no CGPI;**
- 8. Bárbara colocará no drive as cláusulas do contrato de concessão que mencionam os termos “programa” e “projeto” de intervenções, para que possam ser abordados e esclarecidos;**
- 9. Agendamento de reunião entre CGPI e SVMA;**
- 10. Assuntos trazidos por presentes na hora da reunião.**

1. Aprovação da Ata da reunião anterior:

Como as pautas não foram lidas pelos conselheiros, a Tamires sugeriu que sejam aprovadas por e-mail. Todos concordaram. Assim as atas foram pré-aprovadas e se ninguém responder em quinze dias, estará definitivamente aprovada.

2. Novas previsões de intervenções e eventos, e resumo dos eventos de janeiro, incluindo números de público e a tabela das atividades



classificadas por porte (massivo, temporário, etc.) e por tipo (educacional, ambiental, música, etc.);

Gustavo Cunha informou que, instantes antes da reunião, colocou slides na pasta sobre os dados dos eventos de janeiro com o número para conferência. No drive tem execução e cronograma das obras que são os mesmos apresentados no mês passado, sem nenhuma mudança. Em fevereiro, devido ao carnaval, não haverá eventos dentro do parque, a não ser a apresentação normal do planetário, as atividades dos equipamentos, na Rosa dos Ventos a partir das dezenove às vinte e uma horas.

Nesses dias de carnaval os portões 8, 9A, 9, 10, 1 e provavelmente o 2 estarão bloqueados. E pode ser que a prefeitura traga tapume para viabilizar que a saída dos veículos no portão 2 e não no 3. Mas, a princípio, a entrada e saída do estacionamento será pelo portão.

Gustavo Cunha disse, ainda, que a preocupação da URBIA é deixar o portão sete aberto e o pessoal entrar pelo parque para tentar cortar caminho para chegar no portão 10 dez e encontrá-lo bloqueado.

O portão 7 é o último que a URBIA decidirá o que fazer. Os portões 3, 4, 5 e 6 estarão abertos.

O conselheiro Paulo disse que na última reunião foi mencionado evento no Planetário e a existência de um manual de eventos, assim, pediu que o material fosse compartilhado com o conselho. Gustavo Cunha se comprometeu colocá-lo no drive.

Gustavo da Urbia retomou o assunto carnaval dizendo que os maiores blocos da cidade foram transferidos para Pedro Álvares Cabral onde passarão o "Bloco do Chico" (Chico César), "Bicho Maluco Beleza" do Alceu Valença, Bloco da Maria Rita, Bloco da Pablo, Vou de táxi, Bloco Pinga Ni Mim (do Villa Country), Galo da Madrugada, Pirata da Baiana System. Todos sairão do Obelisco e direção ao Monumento às Bandeiras e ali dispersarão.

A Urbia colocará a Programação no Carnaval no drive.

O conselheiro Gustavo Razuk perguntou para a Tamires se a prefeitura, por meio da Secretaria de Cultura já escolheu os noventa dias de uso da Oca esse ano? Ela respondeu que não porque existe um problema no contrato que dá um prazo ou que até tal data deste semestre deverá ser escolhido as datas do ano seguinte. Mas ainda não escolheram as de dois mil e vinte e quatro e as de dois mil e vinte e três não foram entregaram as datas.

3. Principais números relativos a ocorrências de segurança, bem como entrega, pela A GCM entregar à SVMA o material/informações apresentados nas reuniões do conselho;

O Inspetor Vicente - assistente técnico operacional da subprefeitura de Vila Mariana, informou que a o policiamento dentro do parque ocorre da mesma forma desde o início da concessão pra Urbia, ou seja, mantém duas viaturas de



policciamento vinte e quatro horas dentro do parque e que atende todas as ocorrências de crimes que ocorrem dentro e no entorno do parque. Disse, ainda, que no mês de dezembro e janeiro fez patrulhada motorizada em torno de mil e trezentas horas. Informou que atenderam ocorrências administrativas como crianças perdidas e auxílio ao público. Houve ocorrência de crime de importunação sexual, cujos autores foram conduzidos para delegacia onde três ficaram presos. Houve três ocorrências de roubos dentro do parque, mas todos os bem foram recuperados e entregues aos seus proprietários e os criminosos foram. O Inspetor afirmou que o trabalho da Guarda Civil sempre é o do policiamento preventivo e ostensivo dentro do parque. E que a demanda é grande.

A GCM está elaborando planejamento operacional já que cada bloco arrasta para a região do Parque Ibirapuera em torno de quinhentas mil pessoas. Por fim, o Inspetor disse que a GCM está sempre tentando a melhoria para o policiamento dentro do parque.

Questionado se há alguma previsão de ampliação de monitoramento dentro do parque nesse período, foi dito que a tanto a Polícia Civil, a Polícia Militar, Guarda Civil, terão um olhar diferente para dentro do parque, e que a promessa da CGM é de um trabalho esforçado, até por que, durante o carnaval haverá a necessidade da atuação da Polícia Militar em alguns casos do que simplesmente vigilância patrimonial. O Inspetor Chabaribery reforçou que a “Operação Carnaval” ocorrerá concomitantemente em toda a cidade; que a Guarda Civil Metropolitana, e outros órgãos, estarão atendendo concomitantemente nesse período e que todo o efetivo da Guarda Civil.

O conselheiro Paulo perguntou ao Inspetor Chabaribery se a GCM tem os em seu banco de dados de ocorrências a camada informacional de localização, ou seja, com informações de geoposicionamento (latitude x longitude). Essa informação, somada a um mapa de calor da qualidade do sinal das operadoras de celular, pode ajudar o conselho e a própria URBIA a entender, por exemplo, o mapa temático da mancha de crime do parque. E, por fim, perguntou para URBIA se ela tem mapeado as zonas de sombra de falha de sinal das operadoras de Telecom nas áreas do Parque.

A conselheira Karol perguntou para a representante da Secretaria do Verde se existe a possibilidade de pedir a presença da Polícia Militar dentro do parque, já que considera ser de suma importância sua presença pelas ocorrências narradas. Disse, ainda, não é correto transferir a responsabilidade da segurança pública para URBIA e que é importante da presença da PM no parque. A gente pode solicitar tudo a presença da Rocam? A Tamires disse que pode solicitar, mas a PM também está com problemas de um efetivo menor. Disse, ainda, que a SVMA pode pedir o apoio da Polícia Militar, mas será muito pouco provável que eles vão prestar esse apoio, ainda mais para um equipamento específico. A PM cria uma operação especial e coordenada para os eventos determinados, como “na Copa do Mundo no Ibirá” e no Anhangabaú. Nestes casos a PM está presente, mas no dia a dia, na rotina, isso é muito difícil. Disse, ainda, que poderá

solicitar a PM, PM Ambiental, GCM, GCM Ambiental, mas não podemos contar com isso.

A Karol sugeriu convidar o Comando da PM do bairro para participar de uma reunião ou os conselheiros irem conversar com ela.

O Gustavo cunha disse que tem interesse nisso mesmo porque tem algumas ações que os próprios usuários cobram da URBIA mais segurança, mas a segurança da URBIA é mais patrimonial e não tem poder de polícia e nem vai ter, e que ele, não quer isso porque, pois, os seguranças da URBIA não têm treinamento para isso. Disse que a ação que a URBIA é, em uma ocorrência, chamar a GCM, Ele disse saber que isso não é suficiente para o usuário. E aí a empresa tem uma pontuação negativa na própria pesquisa de satisfação, já que as pessoas consideram baixo o nível de segurança, o que não é, já que a vigilância patrimonial não é como a vigilância a segurança pública, por isso é que a URBIA tem nosso apoio para que tenham somadas as forças para que o parque seja cada dia mais seguro.

Tamires disse que pode oficial e solicitar apoio, mas que é importante saber o que a SVMA faz é com base nos dados que tem, e no que tem percebido.

Karol completou sua fala dizendo que acha que o parque não é seguro, que não tem polícia nos portões de forma ostensiva para que o usuário tenha uma sensação de segurança. Ela se propôs, conversar com o comando da PM junto com o Nelson da SOJAL, já que ele também está no CONSEG.

Paulo quis entender se existe um cruzamento de dados entre mancha de crime que o aplicativo, eventualmente, pode estar gerando e, obviamente, toda a inteligência da CGM que obviamente tem isso, cujos dados devem ser sigilosos, versus mancha de sinal de telecom dentro do parque, e perguntou ao Gustavo Cunha se a Urbia tem mapeado o sinal de telecom, onde tem sombra, onde não tem. Porque tentando complementar a fala da Karol, toda a inteligência acessória que o aplicativo que a CGM gerou pode ajudar nisso ainda, ainda que não seja solução por completo, completo, mas é uma forma de se atacar esse problema.

Tamires perguntou se o aplicativo tem funcionado bem isso, ao que o Inspetor Vicente respondeu falando de um programa com o qual a GCM tem trabalhado, o "ComPstat", que fornece dados para análises de todas as manchas criminais na região, com isso, direciona viatura em dia/hora específicos para o local.

O Inspetor ainda informou que de acordo com o ComPstat, monitora a ações na Vila Mariana, mas não mais de forma estática: de acordo com as manchas criminais é que são encaminhadas as viaturas pelo tempo necessário. Disse, ainda, que não é possível ter guardas vinte e quatro horas por dia nos portões, mas o monitoramento é realizado constantemente, e viaturas são encaminhadas de acordo com o monitoramento e mancha criminal.

Gustavo Cunha, sobre a mancha criminal, disse que a URBIA pode compartilhar com a GCM e vice-versa; que já protocolou nos órgãos e na Secretaria do Verde o pedido para ampliação de sinal, e para tanto já tem uma empresa parceira, a

“Hightline”, que irá colocar mais postes no parque para ampliação do sinal. Disse, também que a URBIA pode fazer o cruzamento de dados

Gustavo Razuk concordou com a Karol, que a segurança do parque deveria ser do estado e, retomou a discussão sobre o plano operacional lembrando que o Samuel Lloyd, diretor da URBIA, tinha apresentado melhorias que a concessionária iria fazer, colocando uma série de câmeras inteligentes que tivessem monitoramento até de reconhecimento facial, aumentando a prevenção ao crime.

Gustavo Cunha disse que o parque tem mais de cem câmeras acopladas, inclusive no estacionamento; que a URBIA está trabalhando com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, para regulamentar os dados que estão obtendo, por isso, a concessionária não pode mandar para GCM, ou para quaisquer pessoas, quaisquer dados das filmagens, pois a Lei não permite. Assim, a URBIA tem que fazer uma política de utilização desses dados para guardá-los e criptografá-los, pois são dados sensíveis.

Tamires informou que a SVMA teve reuniões com o chefe do gabinete da Segurança Urbana e foi quando ficou ajustado que as câmeras do parque ficarão conectadas ao programa “City Câmeras” da prefeitura, que, provavelmente, é o mesmo que tem no Jardim Lusitânia, por este motivo as câmeras do Ibirapuera serão detectadas às do bairro. Disse que o programa possibilita direcionar as câmeras conforme a necessidade. Encontrando algo irregular nas imagens, as câmeras irão apitar os alarmes.

Gustavo Cunha disse que estão tendo problemas de sombra com rádio comunicador. Assim, estão sendo colocadas mais antenas no parque para aumentar o sinal e ter o comando mais rápido e eficiente.

Nelson Cury da SOJAL, disse que o bairro e o parque estão criando um projeto de segurança com um consultor, e que a integração de projetos é sempre bem-vinda, por isso, sugeriu uma conversa entre a SOJAL e a URBIA para poderem desenhar melhor a segurança. Perguntou ao Gustavo Cunha se a concessionária quer monitorar apenas o parque ou seu entorno também. Falou também que, às sextas, sábados e domingos o Jardim Lusitânia é extensão do Parque do Ibirapuera já que sessenta/setenta por cento das pessoas que vão ao parque passam pelo bairro que até as quintas-feiras é sossegado.

Gustavo Cunha disse que o projeto de segurança, das câmeras, foi faseado; que as câmeras foram colocadas em locais mais sensíveis e com baixa luminosidade. Sobre as câmeras dentro e fora do parque Gustavo disse não saber o alcance delas, mas se comprometeu a obter mais detalhes com o pessoal da tecnologia.

Tamires disse ser importante ver com o pessoal da tecnologia sobre o alcance das câmeras, pois já ocorreu assalto fora do parque e a pessoa correu para dentro do parque e vice-versa. Acertar os pontos comuns de vigilância tecnológica é importante.

Antônio Carlos do Conselho Gestor do Centro de Convivência e Cooperativa (CECCO) Ibirapuera que está instalado dentro do Parque, disse que já pediram ajuda da URBIA para terem segurança; que na portaria do portão cinco o movimento cresceu muito, e o CECCO é o primeiro edifício que as pessoas enxergam quando entram no parque; que as quatro técnicas que trabalham no Centro se sentem inseguras; que muita gente entra lá e elas ficam com medo; que o Araújo da URBIA, disse que iria colocar um botão de pânico no local, mas os colaboradores de lá gostariam que tivesse alguém do lado de fora do CECCO, com qualquer tipo de uniforme para inibir que alguém entre e tente alguma coisa, e que, inclusive já houve o roubo de uma mochila de um usuário lá no Centro, e quem roubou estava com a bicicleta de aluguel e foi por este motivo que a pessoa foi barrada na portaria, que só pela mochila os seguranças nunca iram desconfiar que havia ocorrido um roubo.

Gustavo Cunha falou que o botão de pânico foi posto, mas que a URBIA está vendo como trabalhar, porque existem dois postos ali que ficam próximos, mas não é na portaria mesmo do CECCO: um fica na área operacional e o outro no próprio portão cinco. Mas o pessoal da segurança está avaliando o que vai conseguir fazer, se colocam alguma ronda para as pessoas passarem para minimizar.

A conselheira Débora perguntou se tem algum prazo que a URBIA possa dar para o pessoal do CECCO. Gustavo Cunha disse que na próxima reunião trará informação sobre o que vão conseguir fazer, e que a princípio podem pedir para fazer mais rondas no local, mas, colocar uma data de solução é difícil já não cabe a ele dá-la.

Antônio disse que estão abertos a qualquer ajuda. O fluxo de pessoas é muito grande inclusive por exemplo eu vou dar o exemplo, que um morador de rua sempre entra no CECCO, e se um dia ele surtar pode agredir as meninas.

Débora pediu para GCM mandar os relatórios que apresentam nas reuniões para serem colocados no drive, inclusive os das duas últimas reuniões

Tamires pediu para o Inspetor da GCM incluir no roteiro da guarda a ronda no CECCO. Sugeriu que o CGPI faça uma carta para os gabinetes dos deputados da ALESP, Secretário da Segurança Urbana solicitando mais segurança para o parque. Falou que tem que ter investimento, e um conselheiro lembrou que a prefeitura tem dinheiro; que vamos mandar ofício para PM, para os deputados, governador, para secretário de segurança urbana pública pedindo mais segurança.

A conselheira Cláudia perguntou se seria a Tamires a mandar, ela disse que sim, que será um encaminhamento e que caso a reunião acabe cedo que talvez acabe faça o ofício com a secretária Débora.

O Paulo informou, ainda, que sobre a questão da integração das câmeras entre URBIA e a Sojal, é muito fácil de resolver, basta criar uma "API", que é um pedacinho de software que abre uma chave para lá, e outra para cá, obviamente dentro das regras de LGPD e do que deve ser compartilhado, sem macular

nenhum sistema. Então, é absolutamente possível, é uma interlocução entre os sistemas.

4. Apresentação do Relatório de Ruídos (medições feitas nos shows de dezembro/22);

Gustavo Cunha disse que colocou o relatório no drive do conselho e apresentou slides sobre o tema explicando que demonstram medições dentro e fora do parque em dias com e sem eventos; que foi o pessoal da ASETRAB que é também uma empresa de eventos; que quem licencia a maioria dos eventos não só no Brasil, mas fora também, é a Associação Brasileira de Normas técnicas - ABNT, que é quem faz a comparação da área com a nova lei de eventos com licenciamento pelo fato de ser zona especial de preservação ambiental - ZEPAM; que no relatório consta o "Arena Brasileira", todas as datas e medições.

Razuk disse que já viu um relatório da empresa sobre os ruídos no parque e outro da SVMA sobre a mesma coisa, e que ambos têm metodologias diferentes; que a lei não fala em ruídos, e perguntou o que realmente está na lei e o que tem que ser fiscalizado, porque uma coisa é a ABNT e outra coisa é o que está Tamires disse que a SVMA fez com valores absolutos, e sobre isso conversaram com uma professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU e do pessoal de acústica para entender se estavam fazendo a medição corretamente. A professora disse que o aparelho não é o mais adequado e a metodologia também não é a que foi aplicada. É preciso mapear quando tem evento e quando não tem, e fazer uma comparação. Por isto, ela (Tamires) disse acreditar que a metodologia mais adequada para medição é a da URBIA; que de qualquer forma farão a comparação dos dados, talvez, com o pessoal do PSIU, inclusive como fazem uma autuação; que tudo isso é muito complexo, mas depois de comparar tudo, definirão como ficará a medição de ruído, e o Razuk sugeriu procurarem o Instituto de Pesquisas Tecnológicas - IPT. Tamires concordou.

Nelson perguntou sobre os relatórios e a Tamires que estão na pasta do drive e que encaminharia para ele.

Juliana Summa disse que a intenção é fazer a medição do parque Ibirapuera inteiro e em outros parques também, junto com o IPT e com a FAU já que eles são os especialistas nisso. Além dos ruídos, disse a Juliana, querem avaliar a iluminação pensando em fauna. Isto porque a SVMA faz os laudos sem ter certeza do que se está falando, e como a professora da Faculdade falou, tem que se fazer muito mais do que está sendo feito. Disse que a secretaria tem que pensar em muitos outros parâmetros além do que só medir o que está sendo medido.

Gustavo Razuk perguntou se não seria o caso de se chamar o representante do PT para que venha aqui explicar como é que tem que ser feito? Tamires concordou inclusive em se retomar a conversa com as associações do entorno sobre as medições e alterações de sistema de som diferente, que não foi concluída.

Cláudia Cahali disse que quando chamam o Psiu e são, a equipe medem a quantidade de decibéis, e a lei diz o limite máximo de decibéis para aquela região, e se eles vão multar, fechar um estabelecimento é com isso que eles fazem. Não tem nenhum estudo de como é o ruído antes ou em outros dias. Assim, é importante a população saber o ruído, se por exemplo foi de cento e cinquenta decibéis, mas que deveria ser quarenta e cinco decibéis, as pessoas têm que saber que o limite era "x" mas chegou a "y", e o que será feito frente a isso?

Tamires interveio dizendo que talvez até o Psiu esteja fazendo errado.

Karol disse que foi a um parque no exterior que o som só era ouvido perto das caixas. O som não propagava. Era pura tecnologia no evento.

Gustavo Cunha disse que isso foi feito no Arena. A URBIA, junto com a secretaria e associações fizeram uma reunião, onde também estava presente o Alexandre Pietro veio e explicou como que ia ser a dinâmica, colocação das caixas, foi diferente dos outros eventos inclusive, tanto é que no momento que o Alok estava tocando, ele falou que iria parar de tocar porque o som não estava do jeito que ele queria. Mas a ordem do CEO da URBIA foi que parasse.

Tamires completou que naquele dia a SVMA estava andando pelo parque, e realmente não se ouvia mesmo o som, apenas ouvia quem estava ao lado do auditório.

O Cunha disse que tem alguns tipos de música que se pode sentir *subwoofer* batendo, e pode-se sentir tremer janela, mas quando se vai medir, às vezes a música não tão alta, mas um "tum tum" grave será sentido. Disse, ainda, que a URBIA está com uma curadoria para ver quais os tipos de shows irão par o parque

Paulo disse que conhece dois fornecedores, um internacional que, inclusive, fez o jubileu da rainha, que, provavelmente, é o mesmo fornecedor que fez a experiência no Hyde Park que a Karol experimentou em Londres. E um outro fornecedor aqui no Brasil que é especializado em *Dolby Atmos* e se pôs à disposição para colocá-lo em contato com a concessionária ou fazer alguma apresentação aqui.

Razuk perguntou se no último evento a URBIA fez com caixa de som diferente, pois isso tinha sido apresentado para associações, e se houve algum desfecho na conversa.

Tamires explicou que isso, que não chegou a fazer outra, até porque o acabou Copa, depois acabou dois mil e vinte e dois acabou na correria. Ela se comprometeu a marcar outra reunião com as associações justamente apresentar os dados do relatório para apresentar esses dados, e o Razuk complementou dizendo que seria preciso apresentar o impacto da mudança.

O frequentador Horácio perguntou se o informe não foi feito segundo as normas da ABNT, e Gustavo Cunha respondeu que a norma está embasada na ABNT, na Lei de Eventos na nova (portaria 49) e na lei da ZEPAM, e que esta análise está

disponível na pasta do conselho, por não ter acesso, Horácio pediu para que fosse encaminhada a ele. Tamires falou que não haveria problema.

Sylvia do CADES Vila Mariana disse achar importante este retorno para as associações porque já existe uma preocupação agora com o evento TURÁ.

Sem manifestações a respeito, a secretária Débora então, encerrou o assunto, gente encerrar o assunto, como é que vai ser feito o ofício ao IPT? Quem vai fazer? Secretaria vai fazer já esse mês

Razuk considerou a importância de envolver o "Psiu" já que foi cogitado em reunião que ele está medindo errado. Assim, seria bom, não só noticiar o IPT, como o Psiu, e até convidá-lo para participar de uma medição no parque e tirar qualquer dúvida que exista, porque como a Cláudia colocou, se você tem um evento com um bar, com um show, quando você liga, você pede uma medição na hora, *in loco* e será um valor absoluto, como está escrito na lei.

Tamires listou encaminhamentos: fazer uma reunião com as associações de retorno; entrar em contato com o IPT, ou, ser for difícil, com a própria professora que conversou com a gente que é enfim que é especialista em acústica, que já conversou com a secretaria e está contextualizada.

Claudia perguntou qual seria a ideia de chamar o IPT ou a professora da FAU seria? Seria para ela ajudar na análise?

Tamires disse que essa foi uma sugestão Gustavo Razuk para chamar essas pessoas, justamente para explicarem como funciona a medição de ruído, área aberta, como que se relaciona com base no relatório que foi feito, metodologias, como que como que é essa complexidade do que do assunto tratado naquele momento.

Claudia complementou dizendo que concordava com isso, mas que era importante quais foram os dados absolutos que se obteve, e qual a providência, encaminhamento a ser tomado.

Razuk se manifestou dizendo que pediu PISIU, IPT para que eles também façam a medição e não só que expliquem para o CGPI com leigos, mas para explicar para que os conselheiros tenham uma discussão um pouco mais qualificada, e que ao mesmo tempo que a secretaria cogitou que a medição que foi feita não era com o equipamento correto e nem da forma correta que, que eles, então, façam isso como órgão fiscalizador também.

Tamires entrevistou falando que se eles têm condições, que expliquem qual é a metodologia, ou avaliar que a metodologia que foi utilizada neste relatório, se foi correta ou não. Então essa também é uma questão que eles podem avaliar.

Lembrou que o IPT é um instituto que tem que ser contratado.

Razuk apresentou uma dúvida sobre se o contratante tem interesse nisso, se tem interesse de colocar o IPT para fazer medição ou o Psiu, que é de graça.

Tamires, completou dizendo que os ruídos medidos em dias sem eventos, ultrapassam em quinze, vinte decibéis do que está previsto na lei, e não sabemos de onde foi tirado o que está nela.

A Claudia ponderou que moramos em São Paulo que tem vários ruídos; que existe uma lei que mede os ruídos e dá os limites; que é o Psiu que mede o ruído pontual de um evento; se alguém fizer uma denúncia de um bar que está tocando música à meia-noite ou às seis da tarde que seja além do previsto na lei e se conseguirmos que o Psiu meça os ruídos, ele poderá advertir e aplicar multa. Com certeza o Psiu não levará em conta que a cidade tem ruído maior do que no bar, muito menos no parque.

Tamires disse que não faz sentido a atuação do Psiu; que a lei prevê um número "X" de decibéis foram feitos levantamentos aqui com eventos; que nos eventos, em diversos pontos do parque, em diversas áreas, dentro, fora, em residência, um monte de área, o barulho normal em diversos horários, diversos dias, já supera os decibéis previstos por lei. O que eu estou dizendo é a não fazem ideia de onde saiu a linha de base da lei; que o Psiu vai atuar e autuar porque a lei assim determina, mas o que está escrito também é uma coisa questionável; que temos que ter dados para poder mudar a lei.

Juliana entrevistou dizendo que a primeira coisa que a professora da FAU disse para a secretaria foi que nunca atingiremos os sessenta e cinco e cinquenta decibéis; que ninguém, em lugar nenhum do mundo vai conseguir atingir; que os parâmetros de ruídos são muito baixos; que o período diurno considerado pela pelas normas técnicas é até dez horas da noite e isso também está errado na lei, porque é até dez horas da noite.

Tamires disse que não a secretaria não quer é afrouxamento da lei.

Razuk comentou que quando mencionou o IPT pensou em técnicos específicos num tema porque vão além podem ir além, eventualmente, até mesmo da FAU, e quando se questiona de onde tiraram os parâmetros de ruídos, ele acredita ser da saúde ligado à saúde, não a construção, qualquer outra coisa do tipo, ao que a Juliana complementou dizendo que é de uma tabela da Organização Mundial da Saúde OMS. Esta é a fonte.

Juliana ainda complementou dizendo que o IPT e a FAU trabalham juntos porque o laboratório de acústica é na FAU, mas eles trabalham em conjunto, então será a mesma professora medirá os ruídos no parque; que ela (professora) disse que talvez o mais importante não seja o nível de ruído em decibéis e sim a frequência. Por exemplo: para um morcego o incomodo maior é o da frequência e não do nível de decibéis. Assim, a secretaria fará um outro mapeamento (em Hertz) e estudará o que e quanto incomoda os animais nessas frequências. O que significa que as medições atuais, para a fauna, estão totalmente erradas.

Sylvia disse ser interessante fazer uma pesquisa que, vai ser a longo prazo, para saber o impacto que o som e o barulho fazem para os bichos, para as aves; se por conta disso, saem, mas se voltam, quantos voltam, ou não. Talvez isso tenha que ser medido por anos; que acredita que essa pesquisa é muito importante.

Tamires disse que o próprio inventário da fauna deve apresentar esses dados.

Débora disse que conversou com a Denise Molina do CECCO (Secretaria Municipal da Saúde SMS), que disse que não foi nomeada para o CGPI, por isso não estava comparecendo às reuniões, e que tinha duas outras pessoas que estavam indo às reuniões das quais ela não sabia os nomes.

Patrício se manifestou dizendo que estava ali representando a SMS.

Sylvia disse que teve a informação de que o show que ia ter no Jardim Botânico parece que iria ser transferido aqui para o Ibirapuera.

Gustavo Cunha disse que é o Piknic Eletronic, que ia acontecer em fevereiro, mas foi cancelado, e parece que vão Parque Ibirapuera, e parece que ele volta na plateia externa do Auditório em março; que será semelhante aos que acontecem no parque como o da Stela (cerveja).

Razuk sugeriu que quando for elaborado o ofício para a Secretaria de Esportes que fosse perguntado se não há nenhuma sugestão para dentro do parque, já que considera um absurdo aquela secretaria se omitir; suma vez chamados a participar das reuniões do conselho, terão a obrigação de se posicionar.

Paulo disse que o mesmo deve acontecer com a Secretaria da Cultura, para que se manifeste sobre a série de editais que vêm por aí com o Programa de Ação Cultural ProAc, com a Lei Paulo Gustavo, dentre outras; que considera ser muito importante a Cultura atuar curatorialmente, com os mesmos critérios dos editais, por exemplo.

Kelly se apresentou como representante Secretaria da Cultura, mas do Departamento do Patrimônio Histórico DPH, que não lida com eventos, de contratação de artistas, de curadoria, mas que poderia passar isso para a Secretaria e quem cuida desse processo para poder falar a respeito. Ela se comprometeu a trazer uma resposta na próxima reunião.

Tamires esclareceu alguns questionamentos anteriores à reunião: os “planos” são os projetos e o “programa” é o cronograma da implantação desse projeto. Assim, quando fala a apresentação do plano de intervenção, são os projetos. Já a apresentação do programa de intervenção é o cronograma.

Gustavo Razuk perguntou onde está o cronograma que é o programa?

Tamires disse que o cronograma é o programa que a Paula já apresentou ao conselho várias vezes.

Gustavo afirmou que tem um cronograma que vai sendo atualizando, mas o básico permanece; que o conselho está vendo sempre as atualizações, e assim, queria entender qual o programa básico que foi enviado pela URBIA à SVMA.

Cunha explicou que no contrato há um prazo para execução das obras do Parque Ibirapuera até dezembro, mas com a pandemia foi até dia quinze de janeiro de dois mil e vinte e quatro, com exceção do Pacubra que vai até quinze de janeiro de dois mil vinte e cinco; que quando se fala de plano de intervenção,

os projetos são apresentados e a URBIA tem um cronograma master para execução das obras; que dentro de todos os pontos propostos, tem o plano de intervenção e suas obrigações e o que a URBIA pretende e gostaria de fazer e que ela submete à aprovação; que cronograma que a Tamires falou, é o programa de execução de obras, é o que URBIA apresentou, e que não mudou e que é que o mesmo do mês passado. Pode acontecer de a obra ser adiada e a URBIA pedir mais seis meses para execução.

Razuk disse que o programa alterado foi apresentado, mas que queria saber sobre o cronograma base, que deu início a tudo, e que gostaria de saber o que aconteceu do início até hoje.

Paula (da URBIA) disse que qualquer obra no parque só se inicia mediante a todas as aprovações, e se alguma aprovação ela se posterga, tem-se uma progressão; se uma aprovação nos órgãos demora, é óbvio que o cronograma vai sendo alterado de acordo com a realidade; que à medida que os projetos vão sendo aprovados, a URBIA vai se programando; que o a URBIA levou para o CGPI é essa expectativa de realização, que nem sempre se consegue fazer em função das chuvas, da de mora de entrega de material, etc.

Claudia disse que no contrato tem um cronograma bem resumido de quando a obra deveria ser finalizada, mas parece que isso foi alterado, e o CG não teve acesso. Falou, também, que outro ponto importante é sobre as aprovações, e previsão de multas em caso de atrasos por questões de aprovações da prefeitura, e sobre isso, o CGPI não tem a menor noção de como está acontecendo. Outro ponto levantado pela conselheira, é sobre atrasos das aprovações e demorou (mais de um ano), se está a prefeitura está sendo cobrada de alguma forma; que a SP Regula que deva estar fazendo essa gestão, ou vai fazer, porque é exatamente sobre o contrato e tem questão de recursos.

Tamires afirmou que, naquele momento, não havia nada que configurasse uma morosidade por parte da Prefeitura, porque tudo o que a URBIA solicitou gerou um “comunique-se” e nada passou de doze meses. Disse que tudo, de fato, gerou um ônus mais para URBIA.

Sobre a SP Regula, Tamires disse que ela não será colocada no conselho de fato.

Questionada sobre uma definição do papel da SP Regula dentro do parque, Tamires disse que a SP é uma agência reguladora que vai fazer a gestão do contrato, da execução contratual; que houve, recentemente, alteração do secretário de governo, o que atrasou a publicação da portaria, dos quarenta e cinco dias. Assim, a SVMA está fazendo seu trabalho de elaborar o relatório, mas, formalmente ainda a transição ainda não se concretizou.

Ainda sobre os cronogramas, Razuk perguntou se a SVMA aprova os cronogramas, pois, no ofício 57 que está a resposta, fala que a informação não estava no plano, estava no programa, e mais: se existe um processo de aprovação desse programa junto com a secretaria do verde.

Tamires disse no dia anterior à reunião, que teve como pauta esses fluxos que ficaram omissos no contrato, e que até aquele momento, ela não tem o que passar com precisão ou resposta objetiva.

Mas uma coisa que preocupa a Prefeitura é o próprio Pacubra, por ser uma coisa bem mais complexa, houve até conversa com a divisão de museus, para chegar num bom projeto, que quem está fazendo é o Arquiteto Razuk. A preocupação vem inclusive por conta da questão com o BNDES. Pacubra é uma coisa que está se olhando com mais cuidado. De resto está meio sob controle.

Débora perguntou se os resultados financeiros dos dois últimos anos de gestão foram apresentados. Não foram e nem estão no drive.

Sobre o drive, Débora disse que ela e a Sylvia conversaram com a Tamires sobre a alimentação de dados no drive. Concluíram que existem dois drives da SVMA: um com a URBIA e outro com o CGPI, e todos os documentos estavam indo para o da URBIA, por isso o conselho não tem nada atualizado.

A Tamires se comprometeu fazer a reorganização da pasta, da mesma forma com que a organizou com a Paula o da URBIA.

Claudia se manifestou para que haja mais transparência e acesso simples, porque são informações muito importantes para conselho saber. Ea a reorganização tem que ser para ontem.

Tamires informou que foi criada a página dos parques concessionados no site da secretaria.

Débora reiterou que não vê o logo da prefeitura no parque. Disse que andou viu o logo em algum totem, e que se alguém de fora olhar o parque diria que é particular, que o parque foi privatizado.

Sobre o logo, Paulo entrevistou dizendo que é só seguir a régua de aplicação de logos, que fica lindo, funciona e é padrão,

Cunha disse que os conselheiros teriam que ter bem na mente o que é privatização e concessão, e sair da reunião com o discurso já de apoio de concessão. Que não é privatização. O parque não está fechado, não está sendo cobrado. Hoje o parque tem uma participação ativa da prefeitura. Que todos são cobrados diariamente. Inclusive sobre o contrato. O que que nós combinamos aqui? Né? E que ficou acertado isso e que já está acontecendo: que todas as comunicações que estão sendo produzidas a partir do momento, por exemplo, que as placas que forem danificadas e outras produzidas, haverá a aplicação dos logos e que os totens e todas as comunicações da URBIA; que hoje a empresa não consegue substituir as placas, todas as placas do parque para aplicação do logo.

Débora lembrou que à época que isso foi falado no CGPI, foi dito primeiro que a URBIA estava aprovando qual ia ser o desenho, e até foi dito se colocar um

adesivo com o logo nas placas. A Tamires sempre insiste nisso, pois o prefeito cobra o logo.

Tamires, disse que o que é eletrônico, de imediato, já inseriu um monte de logo. Na UMAPAZ tem. Na divulgação da eleição dos conselhos a SVMA vai colocar. A própria SECOM aprovou. À época que falamos disso pela primeira vez, a URBIA já tinha mandado produzir um monte de placa nova para o parque, assim, ficou combinado que a medida que ela fosse fazendo a troca dessas placas, iria colocando o logo. A colocação será gradativa, inclusive já foi pedido para colocar o logo nas redes sociais.

Karol perguntou se o parque havia trocado de nome para "Ibirapuera Parque". Tamires disse que não, que o parque não mudou de nome, apenas nas redes sociais está invertido porque já estão usando "Parque Ibirapuera" e esta questão está sub judice.

Débora falou que saiu uma publicação no Diário Oficial no dia dezoito de janeiro uma publicação do DPH solicitando para URBIA a *"revisão do plano de intervenção para itens de alimentação e bebida, de apoio ao usuário e assuntos correlatos para justificar a inserção de uma nova arena de eventos de parque". Itens estes que Débora pediu para a SVMA colocar no drive. E continuou a ler a publicação: "em sendo uma arena de eventos justificar como os mobiliários propostos lojas e quiosque serão móveis retirados do local. Em se tratando de fato nova arena de evento, apontar a aprovação da secretaria do verde para sua implementação considerando que este local não se encontra discriminado no Plano Diretor do parque o qual a concessionária tem o dever de acatar segundo o contrato de concessão. Quinto: considerando uso atual do ponto de aluguel de bicicleta em frente ao local indicado considerar o impacto acumulado das duas intervenções para a ambiência do parque. Prazo trinta dias".*

Tamires disse não receberam isso ainda, por isso não houve manifestação.

Débora pediu para a URBIA apresentar o referido plano de intervenção, alimentação e bebidas.

Kelly da Secretaria da Cultura, disse que a URBIA já entrou com o processo para o DPH num ponto que não estava dentro do plano de intervenção e que eles querem transformar numa arena de eventos e que praticamente ia ser uma um local de alimentação no dentro do parque, e que é por isso que a Secretaria da Cultura estava pedindo, nesse comunique-se, que eles apresentassem uma revisão do plano de intervenção, já que eles tão querendo fazer um ponto novo no local que que não sido tinha aprovado. Complementou dizendo que a URBIA sempre fala nas reuniões que a pior nota que tem na avaliação é na alimentação.

Gustavo Cunha explicou que quando a URBIA fala "arena de eventos" é a do Pacubra e Museu Afro Brasil. As outras a URBIA denomina, por exemplo; que perto da locação das bicicletas no portão quatro, vão transformar num "boulevard" com alguns pontos de alimentação porque há um público e que cobra, porque ali só tem um ambulante.

Débora, perguntou qual é o público que pede mais alimentação, ao que Cunha respondeu que é o público da locação das bicicletas. Que tudo isso se soma ao fato de ter, muitas vezes, chamar a GCM para colocar para fora os ambulantes que vem da rua com muitas caixas e se instalam ali próximo do portão três, e que fica horrroso.

Débora falou ainda sobre a renda das pessoas que vão ao parque, e sobre o restaurante Selvagem que foi aberto que cobra alimentos por valores proibitivos para maioria das pessoas. E perguntou qual será o valor da alimentação nos outros locais? A lanchonete da caixa d'água atenderá pessoas com qual renda?

Paula disse que a URBIA quer atingir o público de baixa renda com alimentação mais acessível, por a proposta de quiosques com alimentação mais barata. Que o local proposto é o em frente às bicicletas onde ninguém ocupa, com o piso drenante para não mudar o tipo de permeabilidade do parque e instalar esses quiosquezinhos com esse tipo de alimentação.

Questionada se os quiosques terão chaminés, Paula afirmou que não.

Débora continuou dizendo que a colocação de chaminés, lanchonetes e restaurantes no parque preocupa muito o conselho. Onde tem uma coisa, por exemplo, de repente, tem um monte de coisas, como é o caso das bicicletas. O mesmo pode acontecer com o que é construído no parque. Lembrou que o Cunha disse que aquele espaço para a construção do quiosque é um bosque.

Gustavo Cunha entrevistado dizendo que na verdade ali é um terreno acidentado que tem erosão, onde já se tentou plantar grama várias vezes, assim, então, a ideia é conseguir fazer com o piso drenante, uma praça acessível para o pessoal que fica ali na rua. Então, é para o pessoal que fica na fila da bicicleta, lembrando que ali não tem nada para fazer.

Débora perguntou, também, se a URBIA tem projeto para mais locais de alimentação, Paula disse que sim e que o colocará no drive.

Voltando ao assunto da publicação no diário oficial e o "comunique-se", Paula disse que a concessionária tem tido conversas bem próximas com os três órgãos do patrimônio de forma a facilitar o entendimento das análises dos projetos; que a URBIA sabia que ia sair a publicação; que ficou pactuado que ao longo desse processo de aprovação alguns pontos foram negados porque, na visão da divisão de patrimônios, não daria para a URBIA implantar aquele tipo de alimentação, e exemplificou: a URBIA tinha um módulo que era projetado próximo ao MAM, mas houve um entendimento dos órgãos que nessa região não deveria ser implantado. A URBIA aceitou e propôs que esse "AB" (alimentação e bebida) fosse transferido para a caixa d'água existente no parque e que estava lá parada, mas que poderia ser revitalizada. Completou dizendo que as adequações feitas ao longo das tratativas com os órgãos, é uma coisa comum. Diante tudo isso, o DPH pediu para a URBIA atualizar o mapa que já existe e está disponibilizado. Assim, este "AB" do MAM (chamado de AB quatorze) é o, agora, "AB quatorze caixa d'água". Diante disso, a URBIA está providenciando o material para protocolar de acordo com o que foi pedido.

Karol disse que gostaria de ver os mapas e que não sabia sobre a caixa d'água; que queria saber como está andando a lanchonete do portão cinco, que achou um absurdo ter mais uma praça de alimentação, que o parque não é shopping; que a vocação do parque não é essa, não é alimentação; que outros parques do mundo têm intervenções mínimas e que têm a ver com o conjunto arquitetônico do parque, e que é um absurdo o Ibirapuera ter tantos equipamentos e ainda querem colocar mais coisa, isso pra mim é inadmissível.

Aldo concordou com a fala da Débora quanto a preocupação de tantas áreas alimentação no parque; que depois que a URBIA entrou no Ibirapuera, conforme já falou tantas vezes, não entende qual o conceito de parque público urbano que a URBIA tem; que parque urbano é lugar de esporte, lazer, contemplação da natureza, congregação; que quando pensa em URBIA, penso: comida, banheiro, comida banheiro, e nunca pensa em educação ambiental, em lazer, em orientação para criança, apenas pensa em comida e banheiro; que a URBIA impermeabiliza muitas áreas, e que não gosta de como a empresa conduz o parque que virou uma praça de alimentação; que a URBIA só constrói.

Karol disse que os restaurantes e lanchonetes e proibitivos, e que a URBIA permita os cessionários a vender comida.

Gustavo Cunha explicou que acontecem ações de educação ambiental com escolas que vão ao parque; que tem programação cultural não só na URBIA, mas em convite aos outros parques URBIA; que a URBIA tem uma central de resíduos que trabalha com o projeto Eco 360 que é divulgado sim; que a URBIA vai baixar o preço da alimentação. Ele, ainda, explicou que ambulante é a pessoa que chega da rua com uma caixa para vender no parque e que não faz parte da associação. Que quem está na associação são os concessionários; que a condição hoje de ambulante não permite venda de comida manipulada, só industrializada; que outros pontos de alimentação não serão impermeabilizados, porque o piso será drenante, e já tem o laudo ele comprova mais de noventa por cento de drenagem, se se colocar o piso debaixo da água ele vai drenar.

Sylvia falou que existe um plano de lanchonetes e que seria importante a URBIA informar o que tem previsto dentro dos locais, quantas estão previstas para serem erguidas.

Cunha disse a URBIA pôs no drive da prefeitura é que achava que o conselho tinha acesso, mas que descobriu que são acessos diferentes, mas está no drive todo o plano de intervenção com os planos, os pontos de alimentação.

Claudia disse para a Tamires que sobre o "comunique-se", com relação ao plano diretor, seria importante a análise se está de acordo com o plano diretor, que não prevê uma área de alimentação naquele local, e o plano diretor separa muito bem a área de preservação, área onde poderiam ser feitos eventos, onde poderia instalar alimentação, por isso é importante essa comparação, essa análise.

Tamires disse que imagina que a URBIA vai fazer atualização e encaminhar para a secretaria, que quando receber será analisada com certeza.

Razuk fez dois questionamentos sobre a nova proposta. Primeiro: foi explicado que os franqueados ou concessionados não poderão vender nada que não seja industrializado por questões sanitárias, mas foi dito pelo Cunha que a URBIA colocará um carrinho móvel nesse ponto novo. O que será vendido nele? Segundo: Quando a URBIA atualizar o mapa dos "AB"s que estão previstos a concessionária pode, também, indicar que tipo de alimento vai ser vendido em cada um deles? Deu o exemplo de um boato que teria uma padaria no ponto "tal", que vai ter uma pizzaria no outro, se vai ter um hamburgueria no outro, assim, perguntou se a empresa não tem essas informações, ou se vão construir sem saber o que vai colocar no local para vender?

Cunha disse que quando se fala de construção, o conselho entende como é edificação, mas enfatizou que a empresa não vai edificar nada.

Razuk entrevistou dizendo que no antigo canil, portão cinco, terá uma construção que a ser usada por uma pizzaria, padaria, hamburgueria, ou qualquer outra coisa.

Cunha explicou que quando a empresa faz uma proposta do plano de intervenção, projetada um parceiro, um uso faz o projeto e pede uma aprovação que pode ou não acontecer. Pode haver uma previsão que não dá certo. Disse, ainda que os novos cessionários vêm com o carrinho já apropriado, com um reservatório de água potável e um reservatório de água servida, com pia exclusiva para mão, e isso tudo as Resoluções da Diretoria Colegiada da Anvisa - RDCs (da alimentação) 43, 216, 326 exigem, por isso que hoje não é possível pegar um cessionário da barraquinha e colocar ele pra vender o cachorro-quente, mas se o ponto estivesse equipado com todas as determinações, não teria problema.

Sylvia pediu para a URBIA relacionar os ABs que tem. Paula explicou que quando a Uber idealizou o plano de intervenção que foi submetido a todos os órgãos, houve uma pré aprovação, e foi feito um plano de atuação, por exemplo, um ponto de alimentação no MAM, um ponto de alimentação dentro da orca, ou seja, existe uma ideia, e batalhando pela aprovação, e então se busca uma parceria.

Hoje estão aprovados o ponta da caixa d'água, uma intervenção no portão cinco onde era o antigo canil, o Selvagem, o Madureira, o Sabiá. Paula disse que no Hub da Centauro não terá alimentação, nem mesmo café.

Claudia perguntou se a prefeitura tinha um prazo para análise, que existem coisas que ainda não foram aprovadas, e quanto tempo está demorando para provar.

Paula informou que a aprovação varia de acordo com a complexidade do projeto. Um projeto mais simples é aprovado mais rapidamente - três meses, um projeto mais complexo pode demorar de seis a oito meses. E explicou que quando se

encaminha o projeto, podem surgir várias dúvidas de quem está analisando. Quando isso acontece o órgão emite um "comunique-se" que a URBIA tem que atender. Lembrou, também, que são três esferas: municipal, estadual e federal, que podem têm dúvidas diferentes, e toda vez que a empresa responde o "comunique-se", deverá informar os demais órgãos para tenham conhecimento que o trabalho está sendo realizado nas três esferas. Falou que o "comunique-se" em questão foi dada a entrada em 2022, mas não soube precisar a data.

Por fim, questionada pelo Razuk, Paula disse que a ideia do projeto do canil, já aprovado, é ter um ponto de alimentação, que não é um ponto como um AB, é um ponto pequenininho como um quiosque; que a área que será implantada vai ser mantida, porque já está aprovada; que estão buscando uma parceria; que ainda não sabem o horário de funcionamento.

Não tendo mais nenhuma pauta, Tamires declarou encerrada a reunião.